

ESTUDO

Divulgado levantamento que mostra perfil de crimes cometidos contra mulheres lésbicas no país 16

ENTREVISTA

Repressão e judicialização, essas foram as respostas ao levante popular de 2013", diz Camila Jourdan, ativista e docente da Uerj 12

FUNPRESP

Docentes rechaçam Funpresp, adesão é menor que 2% da estimativa feita pelo Mpog 04



QUEM MATOU MARIELLE?

Supremo Tribunal Federal debate **aborto** 8 a 12



Festival pela Vida das Mulheres ocorreu entre 3 e 6 de agosto, em Brasília, acompanhando a audiência no STF

Cortes e restrições orçamentárias precarizam trabalho docente

Os cortes e as restrições orçamentárias são perceptíveis em diferentes universidades, institutos e colégios de aplicação. A suspensão de serviços de limpeza, a falta de utensílios básicos de uso cotidiano e a não contratação de docentes, aprovados em concurso, são alguns dos problemas enfrentados nas IEs. 6 e 7



Organizar e mobilizar para resistir e avançar!

Iniciamos o segundo semestre de 2018 com a intensificação da retirada de direitos e com o aumento do conservadorismo. O processo de criminalização dos/as docentes tem se ampliado nas instituições de ensino. Em quase todos eles, as “justificativas” se baseiam em argumentos superficiais e em ações arbitrárias por parte das reitorias. Todos esses processos estão sendo acompanhados pela Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docentes.

No mesmo patamar se encontra a criminalização, a perseguição e o assassinato dos que lutam. Os assassinatos de Marielle Franco e de Anderson, ainda hoje sem punição,

e a condenação dos 23 ativistas das manifestações de julho de 2013 no Rio de Janeiro pelo Poder Judiciário são expressões dessas políticas.

O conservadorismo também se expressa na votação do senado argentino, que mesmo com a imensa mobilização das mulheres daquele país, que acabaram impulsionando manifestações em várias partes do mundo, rejeitou a legalização do aborto. No Brasil tivemos a audiência pública no Supremo Tribunal Federal da ADPF 442, que prevê a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Junta-se a isso as tentativas de aprovação de projetos “escola sem partido” em alguns municípios, como é o caso de São Lourenço, no Rio Grande do Sul, que os vereadores derrubaram por 6 x 5 o veto do prefeito ao projeto.

Em nossas instituições de ensino, os efeitos de EC/95, são

perceptíveis. Algumas Universidades retomaram as aulas sem restaurante universitário e com demissão de terceirizados. Iniciamos o segundo semestre com a ameaça de suspensão das bolsas de pós-graduação em 2019, caso o corte orçamentário seja mantido. A perspectiva é que a situação se acirre ainda mais após as eleições de outubro.

Nosso desafio central, para o segundo semestre de 2018, é mobilizar nossa categoria, pautando a situação de nossas instituições de ensino, os cortes nos orçamentos e a criminalização dos/as docentes. Além disso, vamos pautar a luta contra o assédio sexual e moral, práticas tão presentes em nosso cotidiano, e a luta contra os efeitos perversos da EC/95 na educação superior pública.

Ao mesmo tempo, temos como desafio ampliar a articulação com outros segmentos do funcionalismo público, tendo a revogação da EC/95 como ponto central para a sobrevivência das políticas públicas. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, deve estar articulada à defesa intransigente dos demais direitos

sociais e a valorização dos Serviços Públicos, para o qual o Seminário Nacional “Em defesa dos Serviços Públicos”, organizado pelo Fonasefe e Fonacate, é uma ação importante. Entre as diversas ações articuladas com os demais segmentos do funcionalismo público, nas três esferas, Federal, estadual e municipal, consta como centralidade na agenda o lançamento da Campanha em Defesa dos Serviços Públicos e pela Revogação da EC/95.

São muitas as nossas tarefas. Por isso não podemos esperar as eleições gerais passem para nos mobilizarmos. Sabemos que este é um momento importante de nosso país, mas ao mesmo tempo temos convicção que os projetos de educação pública e de sociedade que defendemos não cabem nos limites das eleições. Organizar e mobilizar para resistir e avançar!



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322 Bruna Yunes DrT-DF 9045

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

Setembro, mês de organização e luta

O mês de setembro traz uma série de atividades para organizar e preparar a categoria docente para as lutas que se avizinham. Os eventos, organizados e promovidos pelos ANDES-SN, abordarão, de alguma forma, a Emenda Constitucional (EC)

95/16 e as contrarreformas. A EC 95 é responsável pelo quadro de cortes orçamentários já em vigor no país e impõe um teto de investimentos públicos por 20 anos. Na prática, a emenda joga nas costas da população mais carente a conta do ajuste fiscal.

Curso de Formação Política e Sindical

Nos dias 14, 15 e 16 de setembro, o ANDES-SN realizará o Curso Nacional de Formação Política e Sindical. O evento acontece em Salvador (BA), e tem como tema central “Universidade, trabalho e movimento docente”. É organizado pelo GTPFS em parceria com a Regional Nordeste III do ANDES-SN.

Programação

14/9 (sexta-feira)

9:30 – “O ANDES-SN no processo de reorganização da classe trabalhadora” - Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

11h às 20h – “Desafios do sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho” - Graça Druck, docente de Ufba.

15/9 (sábado)

9h20 às 19h – “Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN” - Marina Barbosa, docente da UFJF.

16/9 (domingo)

9h20 às 17h – “Organização dos trabalhadores, sindicatos e luta de classes” - Sâmbara Paula, docente da Uece.

Reunião do Setor das Ifes

Os representantes das seções sindicais do Setor das Instituições Federais de Ensino (IFE) se reúnem na sede do ANDES-SN, em Brasília, nos dias 22 e 23. A reunião debaterá a conjuntura, levantamento do controle e registro do trabalho docente, campanha salarial e reajuste, entre outros.

Luta pela legalização do aborto e contra o capacitismo

Nos dias 28 e 29 de setembro ocorrem duas atividades que marcam a luta latino-americana pela descriminalização e legalização do aborto e contra o capacitismo. Os eventos ocorrem na sede da SESDUFMS SSind., em Santa Maria (RS). Na noite do dia 28, acontece o painel “Direitos sexuais e reprodutivos: legalização do aborto, defesa da vida das mulheres e a trabalhadora docente”. No dia seguinte, ocorre o Seminário Nacional “A luta contra o capacitismo nas Instituições de Ensino Superior”. O evento é organizado conjuntamente pelo GTPCEGDS, GTPE e GTSSA.

Programação

28/9 (sexta-feira)

18h às 21h – “Direitos sexuais e reprodutivos: legalização do aborto, defesa da vida das mulheres e a trabalhadora docente”

29/9 (sábado)

9h20 às 12h30 – “A luta contra o capacitismo numa abordagem interceccional entre raça, gênero e classe”

14h às 17h – “Trabalho e saúde dos docentes com deficiência”

Mobilização

13/9 (quinta-feira) - Por direitos e Data-base! Todas e Todos servidores a Brasília

17/10 (quarta-feira) - Dia Nacional de luta contra o Assédio Moral e Sexual

22/11 (quinta-feira) - Dia Nacional de Luta Contra o Racismo

Encontro do Setor das Iees/Imes

Previdência, Carreira, Salário e Financiamento Públicos serão os temas abordados no XVI Encontro Nacional do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) do ANDES-SN. O encontro ocorrerá entre 21 e 23 de setembro, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), em Campos dos Goytacazes (RJ). O evento tem apoio da Aduenf – Seção Sindical do ANDES-SN.

Programação

21/9 (sexta-feira)

8h – Saída do Rio de Janeiro de ônibus para Campos dos Goytacazes

14h30 às 17h30 – Painel das Seções Sindicais

18h às 20h – Análise de Conjuntura

22/9 (sábado)

9h às 12h – “Previdência e Financiamento públicos”

14h às 16h – “Precarização do trabalho docente: contrarreformas e perspectivas para a universidade brasileira”

16h30min às 19h – Grupos de Discussão

23/9 (domingo)

9h às 13h – Plenária Final

15h – Retorno de ônibus para Rio de Janeiro

Aconteceu

De 30 de agosto a 1º de setembro, aconteceu em Brasília (DF) o seminário nacional “O Serviço Público que queremos”. O evento organizado pelo Fonasefe e Fonacate reuniu servidores das três esferas: federal, estadual e municipal. Foram debatidos nos três dias os efeitos da EC 95 e das contrarreformas de Estado e como inviabilizam a oferta dos serviços públicos à população. Finanças públicas e desenvolvimento, organização sindical e os desafios para os servidores também foram temas do seminário.

Docentes rechaçam Funpresp

Relatório do Ministério do Planejamento aponta que entre setembro de 2016 e julho de 2018 pouco mais de quatro mil trabalhadores optaram pelo regime, o que corresponde a bem menos que 2% das expectativas do órgão.

Quando olhamos para os números, podemos dizer: o funcionalismo público rechaçou o Funpresp. De acordo com o Ministério do Planejamento, entre setembro de 2016 a julho de 2018, pouco mais de quatro mil trabalhadores concordaram em abrir mão do tradicional Regime Próprio de Previdência Social. Esse número representa 1,12% das expectativas iniciais da pasta. O Planejamento esperava que 423 mil servidores, que ingressaram no Poder Executivo federal antes de 4 de fevereiro de 2013, migrassem para o Funpresp.

Entre os docentes, a adesão foi baixa, resultado de uma combinação de diferentes fatores. O principal deles é o risco de entregar uma futura aposentadoria ao mercado financeiro. “No Fundo de Pensão, o servidor estará colocando a sua velhice dependente do que acontecer com o mercado financeiro. Se as ações e os títulos públicos caírem, o servidor perderá tudo”, afirma o professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) José Menezes, coordenador do Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Outro fator que ajuda a entender a baixa adesão dos docentes ao Funpresp é a sistemática campanha feita pelo ANDES-SN.

Desde o início do processo de privatização da previdência pública, com a reforma de 2003, o Sindicato Nacional vem atuando contra a criação do fundo de pensão e contra a adesão dos docentes a ele. A disseminação das informações por meio de cartilhas, do site da entidade e do InformANDES fez o governo federal procurar o ANDES-SN. Isso foi em 2013, quando o Planalto constatou que apenas 7% dos docentes haviam aderido.

Desde então, as táticas do governo federal foram ficando mais agressivas. Uma alteração na legislação tornava obrigatória a adesão ao Funpresp na tomada de posse dos docentes aprovados após 2016. Pela lei, o professor teria 90 dias para sair do fundo, ou no ato de sua posse manifestar sua contrariedade.

Foi o caso da Antoniana Defilippo, professora do Curso de Serviço Social, na Universidade Federal Fluminense (UFF), que levou uma carta redigida de próprio punho manifestando sua contrariedade. “Não aderi ao Funpresp porque esta é mais uma forma de privatização de políticas públicas no Estado brasileiro. Ou seja, não se difere das ofertas privadas de aposentaria, com caráter altamente lucrativo para os setores empresariais”, diz.

Na opinião da docente, os riscos envolvidos são grandes. Entre eles estão “a falência de tal forma previdenciária e a não obrigatoriedade

de devolução do dinheiro investido”.

O ingresso compulsório e a falta de informações sobre o direito a dizer não ao fundo se somam a outras iniciativas do governo federal para encurrular os servidores a aderir ao fundo. Medidas que se intensificaram meses antes do prazo encerrar. “Ultimamente eles fizeram uma campanha de adesão eletrônica enviando e-mail para os servidores com certa frequência dizendo que estava findando o prazo 31 de julho para a adesão ao fundo e dava a entender que seria obrigatório a adesão”, lembra Osmar Braga, docente da Universidade Federal do Piauí (Ufpi).

O docente pontua que a campanha feita pelo governo federal exerceu enorme pressão psicológica sobre os docentes. “Em um primeiro momento me senti pressionado a aderir”, diz Braga, explicando que as iniciativas para que os servidores aderissem ao Funpresp eram assediosas e causavam enorme desconforto. Entre elas estava condicionar o acesso ao contracheque à leitura de um informe do fundo de pensão.

“Isso traz à tona toda a preocupação com o futuro. Essa incerteza cria adoecimento no servidor. Ele sofre pressão de todos os lados, o Estado hoje imprime um processo de precarização que está

“ Eu disse
NÃO
ao Funpresp ”

“

Eu tenho uma posição ideológica contrária a fundos de pensão privados e completos. Eu sou um defensor por princípio da previdência pública. Sou pesquisador dessa área seguridade social e previdência. A previdência social deve ser garantida pelo Estado, no regime de solidariedade entre os trabalhadores, intra gerações, e que inclusive a experiência histórica mostra que essa é a melhor forma de assegurar os direitos à previdência.

”

Evilasio Salvador - UNB

comprometendo o presente futuro do servidor”, argumenta.

O prazo encerraria em 28 de julho passado, mas uma liminar da 2ª Vara Federal de Florianópolis o suspendeu. O juiz Leonardo Bradbury identificou ilegalidades no cálculo do benefício especial previsto no novo regime e apontou que há outras questões obscuras na lei.

Previdência complementar, jamais

Docente da Universidade de Brasília desde junho de 2009, Evilasio Salvador afirma que “jamais migraria a um fundo de previdência complementar”. Estudioso do tema, ele destaca que no caso do Funpresp, onde a contribuição é definida, mas o benefício não, “você vai contribuir ao longo de uma carreira que recolhe esses recursos e é administrada por uma instituição financeira e não tem garantia certa de qual será o valor do seu benefício”.

Os problemas trazidos pelos fundos de pensão vão muito além da aposentadoria de trabalhadores que optaram por construir suas carreiras profissionais prestando um serviço público. Elas afetam em maior ou menor grau a sociedade toda. Isso por que as aplicações financeiras feitas pelas administradoras de fundos de pensão se dão basicamente em títulos de renda fixa do governo e em ativos de renda variável.

No primeiro caso, de acordo com o professor, o bom desempenho do fundo dependeria do “endividamento público brasileiro e de altas taxas de juros, que de-

sempregam e não geram renda”. No segundo caso, os lucros dos fundos de pensão dependeriam da valorização de ações em bolsas de valores, “e para as ações serem valorizadas, as empresas originalmente tem que explorar a sua força de trabalho”, argumenta.

O docente é categórico ao dizer: “A previdência social deve ser garantida pelo Estado, no regime de solidariedade entre os trabalhadores, intra gerações, e que inclusive a experiência histórica mostra que essa é a melhor forma de assegurar os direitos à previdência”.

Este ponto de vista é compartilhado por José Menezes: “A Previdência Complementar não é um fundo de pensão por benefício definido, como já foi antigamente, que o trabalhador dizia o valor que queria ganhar. Esse tipo de fundo acabou. O que existe agora é o fundo de contribuição definida. Você sabe quanto vai pagar, mas não sabe quanto vai receber. Este é um fato bastante perigoso”.

Ele explica que o dinheiro investido no Fundo é aplicado no mercado financeiro, através das ações, caso não renda, haverá prejuízo. “Os fundos de pensão no Brasil estão com prejuízo de R\$ 70 bilhões. Um exemplo são os trabalhadores dos Correios, que estão retirando dos seus salários 27% a mais para recompor todas as perdas que foram provocadas. Somente o caso do fundo de pensão da Petrobras, a Petros, perdeu R\$ 28 bilhões. Neste caso, a empresa vai pagar R\$ 14 bilhões e os trabalhadores mais R\$ 14 bilhões. O detalhe é que esses R\$ 14 bilhões que a Petrobras vai pagar é de fundo público, ou seja, dinheiro público”, conclui.



“

Entendo (o Funpresp) como um golpe na classe trabalhadora, que visa beneficiar o capital estrangeiro e grandes corporações financeiras. O Estado Brasileiro se exime da responsabilidade na Gestão dos Recursos Recolhidos dos trabalhadores, e como tem feito de forma ineficiente essa gestão, quer maldosamente repassar para empresas de especulação financeira as contribuições previdenciárias dos trabalhadores (as) brasileiros.

”

Aldair Andrade - UFAM

“

Não aderi ao Funpresp porque esta é mais uma forma de privatização de políticas públicas no Estado brasileiro. Ou seja, não se difere das ofertas privadas de aposentaria, com caráter altamente lucrativo para os setores empresariais. O maior risco seria a falência de tal forma previdenciária e a não obrigatoriedade de devolução do dinheiro investido.

”

Antoniana Defilippo - UFF

“

Não aderi ao Funpresp por se tratar de uma entidade privada e, pior, criada e legitimada pelo Estado. Um Estado - controlado por um mercado sem controle - que transfere ao privatismo previdenciário a administração de um direito social. O Estado cumpre o papel de agenciar sardinhas para alimentar a ganância sem limites dos tubarões do rentismo global.

”

José Alcimar de Oliveira - UFAM

Cortes orçamentários nas Universidades

Os cortes e as restrições orçamentárias são perceptíveis em diferentes universidades, institutos, Cefet's, colégios de aplicação. Desde a suspensão de serviços de limpeza, falta de utensílios básicos de uso cotidiano e a não contratação de docentes, aprovados em concurso.

“A EC 95/16 cortou o orçamento de diversas instituições, institutos, Cefet's e colégios de aplicação que chega até 40% do seu orçamento”, denunciou o presidente do ANDES-SN, em sua participação na Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em 15 de agosto.

Os resultados dessa perversa equação é a precarização do trabalho docente, o achatamento salarial, a ruptura do tripé ensino, pesquisa e extensão. Com isso, abre-se espaço para a privatização do ensino no país.

⚠ Ufam (AM)

Os recursos destinados para investimentos na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) tiveram uma queda de 70,5% em 2018, em comparação ao ano anterior. Baixando de R\$ 27,7 milhões para R\$ 8,1 milhões, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano para essa rubrica. A verba para obras, ampliação ou mesmo compra de equipamentos é a menor dos últimos 13 anos. O valor é semelhante a 2005, um pouco mais de R\$ 8 milhões.

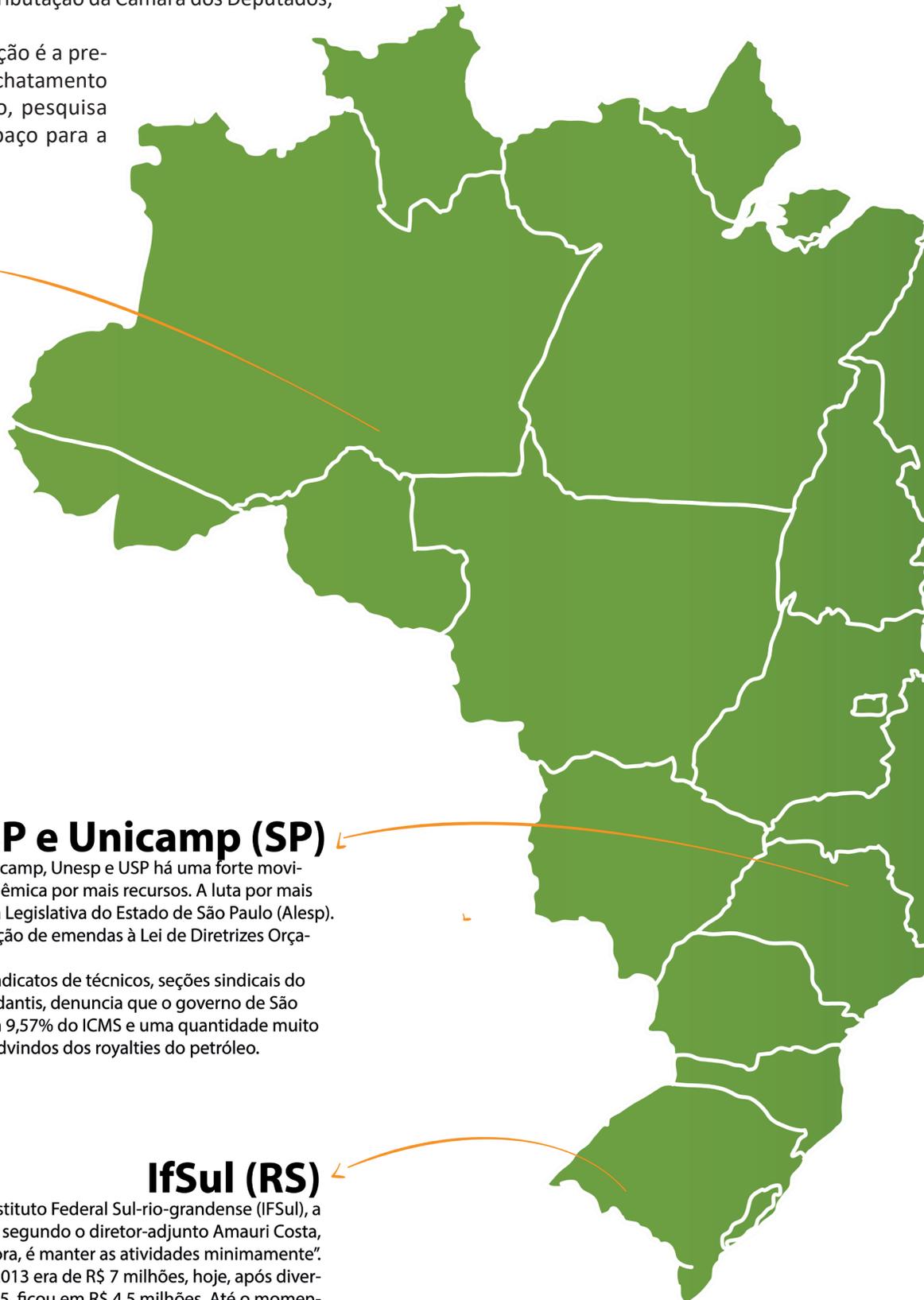
⚠ Unicamp, USP e Unicamp (SP)

Nas universidades paulistas Unicamp, Unesp e USP há uma forte movimentação da comunidade acadêmica por mais recursos. A luta por mais orçamento se dá na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Os docentes lutam pela aprovação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 do estado. O Fórum das Seis, que reúne sindicatos de técnicos, seções sindicais do ANDES-SN e organizações estudantis, denuncia que o governo de São Paulo enviou à Alesp nada além 9,57% do ICMS e uma quantidade muito pouco expressiva de recursos advindos dos royalties do petróleo.



⚠ IfSul (RS)

No Campus Visconde da Graça do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), a situação atual é de precariedade e, segundo o diretor-adjunto Amauri Costa, “a prioridade do CaVG, agora, é manter as atividades minimamente”. O orçamento do Campus, que em 2013 era de R\$ 7 milhões, hoje, após diversas reduções e a aprovação da EC 95, ficou em R\$ 4,5 milhões. Até o momento, foi liberado pelo Ministério da Educação (MEC) apenas 60% do orçamento total deste ano do Campus.





! Uespi (PI)

Na Universidade Estadual do Piauí (Uespi) a falta de professores efetivos inviabiliza o início das aulas em 590 disciplinas, nos campi da capital e do interior. Atualmente, mais de 40% dos cursos de graduação da Uespi não possuem a quantidade mínima de professores efetivos, exigida pelo MEC.

Para justificar a demora na nomeação, o Governo do Estado vem alegado uma série de dificuldades orçamentárias. E ainda impedimentos legais por conta do período eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os docentes lutam pela nomeação imediata dos aprovados no concurso da Uespi e a realização de um novo concurso até o final deste ano.

! Uepb (PB)

A Universidade Estadual da Paraíba enfrenta uma grande crise financeira e orçamentária. O diretor da Escola Agrícola alertou que a crise da universidade é grave e que o Campus II é um dos que mais corre perigo de ser fechado, devido a sua reduzida estrutura, corpo docente e número de alunos. Além disso, os docentes lutam contra portarias publicadas que adiaram a entrada de três mil estudantes na universidade e implantaram várias medidas restritivas.

! Uesb e Uesc (BA)

Os docentes das universidades estaduais baianas denunciam, há meses, o maior arrocho salarial dos últimos 20 anos e o sucateamento das IES. Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), por exemplo, até julho, o valor retido pelo governo já representava cerca de R\$ 7,4 milhões.

Na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) é notória a ausência de materiais básicos para o funcionamento da instituição, desde o início do semestre letivo. Segundo a Associação dos Docentes da Uesc (Adusc – Seção Sindical do ANDES-SN) não há sequer um banheiro com papel higiênico na universidade. Outros materiais didáticos e de manutenção da instituição, constantemente reivindicados pelo movimento docente, também continuam pendentes.

Capex restringe a pós-graduação

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou, em 14 de agosto, a portaria 182, estabelecendo que programas com doutorado devem obter pelo menos nota quatro para permanecerem e/ou ingressarem no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Ao dificultar a continuidade e a criação de cursos de pós-graduação, a Capes mascara os cortes no setor - mais de R\$ 3 bilhões nos últimos três anos - sob a justificativa de melhoria da qualidade.

As mudanças da portaria 182

Com a elevação da nota mínima para a renovação de doutorados, os programas que também possuem mestrado poderão ter os dois cursos descredenciados, já que a nota é designada ao programa como um todo.

O projeto de um novo curso de pós-graduação agora será “aprovado” ou “reprovado” e não mais avaliado com as notas que variam de um a sete. A portaria extingue a possibilidade de programas de mestrado com nota três criar doutorados.

Elizabeth Barbosa, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, critica a portaria 182. Para a docente, a medida inviabilizará a criação e a manutenção de cursos de pós-graduação em diversas instituições, em especial nos campi de interior.

“Pela precarização e falta de investimento que temos hoje, cada vez é mais difícil qualificar esses cursos com boas notas. Não há infraestrutura, biblioteca de revistas acadêmicas, etc. E essa portaria aumenta as dificuldades de ter um curso de pós-graduação nas universidades. Em campi do interior a dificuldade se acentua”, afirma.

“O horizonte é de não qualificação dos trabalhadores. Essa portaria caminha junto com os cortes orçamentários, com as possibilidades de cortes de bolsas, etc. Sem investimento, como será possível manter as notas acima de 4? E como vamos abrir novos cursos de pós-graduação? Só haverá pós-graduação nos grandes centros do país”, completa.

Após audiência, STF deverá julgar descriminalização do aborto

Festival em Brasília marcou a luta pela vida das mulheres

“O próximo tempo é de reflexão, e esse tempo de reflexão se faz necessário para o amadurecimento da causa, e precederá necessariamente o momento do julgamento”. Com essa afirmação a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), encerrou a audiência pública sobre a descriminalização do aborto realizada no início de agosto.

A ministra irá agora preparar seu relatório para a votação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442. Ainda não há data determinada para a sessão.

A ADPF 442 foi ajuizada pelo PSOL e questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal. Se aprovada, irá descriminalizar a interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana de gestação.

Atualmente, no Brasil, a interrupção da gravidez é considerada legal somente em casos de estupro, de gestação de fetos anencéfalos ou quando a gestante esteja correndo risco de morte.

Durante dois dias, dezenas de especialistas apresentaram dados e experiências que apontam para a necessidade de descriminalizar o aborto em defesa da vida e do direito à saúde das mulheres.

No dia 3, falaram, majoritariamente, aqueles que defendem a aprovação da ADPF 442. Já no dia 6, foram ouvidos, em maioria, representantes de entidades

favoráveis à manutenção do aborto ilegal.

Ao todo, segundo o STF, foram 60 manifestações de pesquisadores, profissionais da área de saúde e do direito, representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e de natureza religiosa.

Docentes e diretoras do ANDES-SN acompanharam a audiência no STF. O Sindicato Nacional tem posição congressual de fortalecer a luta pela descriminalização e pela legalização do aborto. Também defende o fortalecimento de oferta de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender as mulheres.

Uma em cada cinco já fez aborto

Pesquisadora do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis), Debora Diniz, apresentou os resultados de levantamento sobre as mulheres que abortam no país. A fala da docente da UnB, coautora da ADPF, era uma das mais esperadas. Por conta de seu posicionamento, Debora vem sendo perseguida e recebeu ameaças de morte.

Segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez ao menos interrupção voluntária de gravidez na vida. A maioria realizou o procedimento quando jovem, entre 20 e 24 anos, e hoje já tem filhos.

De acordo com Debora, o levantamento mostra que o aborto faz parte da vida fértil da mulher. Das entrevistadas, 67% têm filhos, 88% declaram ter religião, sendo que 56% são católicas, 25% evangélicas ou protestantes e 7% professam outras religiões.

“Nós as conhecemos na casa ou na comunidade. Aos domingos na igreja ou no culto. Ela é a mulher comum brasileira”, disse. Ela destacou que as mulheres presentes na audiência também compõem a base de dados. “Pensem em todas essas mulheres na cadeia [por terem decidido interromper a gravidez]”, provocou.

Embora seja um evento comum na vida das mulheres, a abstração dos números esconde a desigualdade do risco em abortar. Segundo a pesquisadora, há uma maior concentração entre as mulheres mais jovens, mais pobres, nortistas e nordestinas, negras e indígenas.

“São aquelas mulheres que enfrentam o aborto com uma desproteção integral do Estado brasileiro aos seus direitos fundamentais”, frisou.

O exemplo apresentado por Debora não poderia ser outro. “Ingriane Barbosa morreu com um talo de mamona no útero”, denunciou a pesquisadora, num dos momentos mais emocionantes da primeira parte da audiência.

Ingriane morreu no dia 17 de julho,

O aborto em números

Das mulheres que já declararam ter feito aborto

67%

têm filhos.
Dados de casos no Brasil.

Das mulheres que já declararam ter feito aborto

88%

declaram ter religião. Dados de casos no Brasil.

No Canadá, a taxa entre adolescentes caiu em

30%

após a descriminalização da prática.

No Brasil apenas em 2015, número de abortantes foi de

500

mil mulheres, sendo a maioria pobres, negras e indígenas.

Na Romênia, onde o aborto é legal, houve redução de

94%

dos casos após a descriminalização.

depois de fazer um aborto em casa em Petrópolis, no Rio de Janeiro. “Foi a criminalização que matou essa mulher. Que deixou seus filhos órfãos”, afirmou Debora. Em seguida, concluiu: “Pede-se a essa corte que ouça o seu desamparo”.

Aborto não é eugenia

Adriana Abreu Magalhães Dias, doutora em Antropologia, atacou a relação entre descriminalização do aborto e práticas de eugenia. Autora de uma tese sobre Nazismo Neonazismo e Eugenia, ela foi indicada pelo Instituto Baresi, que representa pessoas com deficiência e doenças raras.

Portadora de osteogênese imperfeita, síndrome conhecida como “ossos de vidro”, Adriana afirmou que são decisões pessoais, e não eugênicas, que pautam a interrupção de uma gravidez.

“O discurso de que a descriminalização pode implicar a eugenia é uma usurpação da experiência das pessoas com deficiência para responsabilizar as mulheres pela negligência do Estado na promoção de nossos direitos”, ressaltou.

“Nós, mulheres com deficiência, também fazemos aborto. E esperamos por políticas de planejamento familiar adequadas às nossas formas corporais. Podemos decidir se, e quando, teremos filhos”, acrescentou.

Para a antropóloga, a única forma de evitar aborto de pessoas com deficiências gênicas é garantir a não discriminação, o acesso ao mundo da escola, do trabalho, com políticas públicas eficazes.

“Garantir que as mulheres grávidas não tomem decisões baseadas no medo de serem abandonadas pelo Estado, pela sociedade e pela família no cuidado solitário de filhos com necessidades singulares, o que pode exigir um investimento material, emocional e de tempo que elas podem se considerar não capazes de atender”, afirmou.

Em 2012, o Instituto Baresi constatou que 78% das mães de crianças com doenças raras graves no Brasil foram abandonadas pelos maridos até seus filhos completarem cinco anos. Essas mulheres passaram a ser as únicas cuidadoras das crianças e responsáveis pela manutenção financeira do lar. E continuaram, ao mesmo tempo, desamparadas pelas políticas do Estado.

De acordo com Adriana, em países com políticas adequadas às pessoas com deficiência, como Dinamarca e Reino Unido, as mulheres sequer realizam teste pré-natal para identificar possíveis doenças genéticas. “E nesses países o aborto é descriminalizado”, destacou.

“Assim, responsabilizar as mulheres

que precisam interromper uma gestação enviando uma mensagem discriminatória na sua decisão é uma avaliação cruel. Eugenia, ministro, é nos negar condições de participação na vida social”, concluiu.

Mulher negra tem mais risco de morrer

Única mulher negra a ser ouvida no dia 3, Fernanda Lopes apresentou dados que comprovam o recorte de raça e classe na criminalização do aborto. Segundo ela, estudos apontam que uma mulher negra que aborta tem 2,5 vezes mais riscos de morrer do que uma mulher branca.

Para a representante do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (CFSS), a descriminalização e o acesso a serviços de aborto legal não podem estar desconectados do enfrentamento ao racismo. “O racismo estrutura a nossa sociedade de diversas formas e para nós, mulheres negras, a vivência do racismo impede o exercício dos nossos direitos, em especial, mas não exclusivamente, dos nossos direitos reprodutivos”, afirmou.

“Seria ousado dizer que a possibilidade de abortos seguros por mulheres brancas e economicamente favorecidas, garante que o próprio aborto não seja devidamente colocado em discussão? Será que a população que sofre com procedimentos ilegais não importa para o poder público?”, questionou.

Ela denunciou ainda que, diferente das mulheres brancas que fazem “gestão de risco” quando decidem pelo aborto, as mulheres negras e pobres não têm essa opção. Dada a precariedade em que realizam a interrupção da gravidez, não conseguem administrar as suas consequências. Com isso, estão mais expostas às complicações, infecções e hemorragias graves. Muitas demoram a procurar ajuda médica.

“As principais razões da demora são medo

de receber tratamento cruel e degradante nos serviços e, posteriormente, o medo de sermos criminalizadas. Por isso, a imposição da penalização é uma violência contra a vida, contra a saúde e contra a nossa dignidade”, acrescentou.

“As mulheres optam por abortar sem a possibilidade de segurança e cuidado providos pelo Estado. E isso afeta, deliberadamente e sobremaneira, a vida de mulheres negras e de mulheres pobres”, concluiu.

Religiosos pela descriminalização

Uma das manifestações mais aplaudidas no segundo dia de audiência foi a de Lusmarina Garcia. A pastora evangélica proferiu uma das poucas falas favoráveis à descriminalização, dentre os 11 representantes religiosos que falaram dia 6.

Representando o Instituto de Estudos da Religião, ela ressaltou o que considera uma motivação patriarcal para a posição

Das mulheres que já declaram ter feito aborto:

- 67% têm filhos.
- 88% declaram ter religião, sendo que:
- 56% são católicas,
- 25% evangélicas ou protestantes e
- 7% professam outras religiões

de muitas entidades religiosas contrárias ao aborto. A pastora defendeu um Estado laico e políticas públicas baseadas no conhecimento. “Há séculos um cristianismo patriarcalizado é o responsável por penalizar e legitimar a morte de mulheres”, acrescentou.

Lusmarina disse ainda que o aborto é praticado por “mulheres comuns e de fé como evangélicas, católicas e espíritas. Essas mulheres comuns, mulheres de fé, devem ser consideradas criminosas?”, questionou. “Gostaria de dizer a cada uma delas: vocês não estão sozinhas e vocês não são criminosas”, respondeu.

A luta pela aprovação da ADPF 442 ganhou também apoio, na audiência, do grupo Católicas pelo Direito de Decidir e da Confederação Israelita do Brasil. Representantes das duas entidades se posicionaram pela descriminalização do aborto e pela separação entre Estado e religião.

Pela Vida das Mulheres

Sob a luz de velas, centenas de mulheres se reuniram na madrugada do dia 6, em um ato inter-religioso pela vida das mulheres, em frente ao STF. A vigília encerrou os três dias do Festival “Pela vida das Mulheres”, realizado na capital federal para acompanhar a audiência da ADPF 442.

Durante o ato, mulheres de diferentes religiões discursaram a favor da descriminalização do aborto, entre elas, evangélicas e católicas. Após as falas, mulheres a favor da

descriminalização do aborto enfrentaram restrições para entrar no plenário do STF. Foram confiscados os lenços verdes e as camisetas de algumas representantes dos movimentos.

Festival

Durante os três dias, milhares de mulheres participaram de diversas atividades organizadas no festival “Pela Vida das Mulheres”, na praça do Museu da República. Foram realizados debates sobre descriminalização do aborto, saúde sexual e reprodutiva, democratização da comunicação, representatividade das mulheres na política, entre outras temáticas.

Também aconteceram oficinas de produção de cartazes, rodas de diálogos, apresentações musicais e teatrais e um espaço auto-gestionado de venda de artesanato.

Na sexta (3), o primeiro dia de audiência no STF foi exibido em telão do lado externo do Museu da República. Ao final da tarde, mais de mil mulheres, identificadas pelas cores verde e roxo, caminharam na Esplanada dos Ministérios até o STF. O roxo é símbolo da luta feminista no Brasil, e o verde remete a luta das mulheres argentinas pela legalização do aborto.

Referências

A estrutura contou com cinco tendas, algumas nomeadas em homenagem a mulheres assassinadas. Um delas é a tenda Cláudia Silva Ferreira, que contou com uma galeria de arte, com fotografias

e histórico do movimento de mulheres da organização Anis. Cláudia, 38 anos, trabalhadora, caminhava para comprar alimentos para seus quatro filhos quando foi baleada no dia 16 de março de 2014, no Morro da Congonha, na zona norte do Rio de Janeiro. Ao ser “socorrida”, Cláudia teve o corpo arrastado por 350 metros por um carro da Polícia Militar.

Já na tenda Jandira Magdalena, as participantes acompanharam a transmissão da audiência e participaram dos debates sobre o aborto. Jandira tinha 27 anos e era mãe de duas crianças, quando morreu em uma clínica clandestina de aborto, no dia 26 de agosto de 2014. O corpo, sem digitais e arcada dentária, foi encontrado carbonizado dentro de um carro em Guaratiba, zona oeste do Rio.

Ainda no festival foi reservada uma tenda para o cuidado com as crianças, com contadoras de histórias e palhaças. Outra comportou uma feira feminista, com exposição de artigos de moda, artesanato e comida.

Durante o evento, ocorreram várias intervenções artísticas. Uma delas, referente ao seriado norte-americano *Handmaid's Tale*. Na trama, mulheres são subjugadas e têm seus direitos cassados.

“Esse festival veio para ampliar o debate sobre a legalização e descriminalização do aborto no Brasil. Queremos que o debate seja feito em praça pública com uma infraestrutura equalizando as ideias e opiniões das mulheres. Assim





como unificar a luta das mulheres, pois temos aqui dirigentes sindicais, partidárias, religiosas, anarquistas, ligadas a ONG. Todas pelo direito do aborto”, disse Luana Ferreira, uma das organizadoras do festival e coordenadora nacional da Articulação Mulheres Brasileiras (AMB).

Núbia Melo, militante na área de saúde reprodutiva das mulheres desde a década de 90, acompanhou a audiência do STF no festival. “Existe o aborto clandestino que é seguro hoje no país apenas para pessoas que têm condições de fazer em clínica e assistidas por profissionais capacitados. O Brasil firmou compromisso internacional para chegar em 2030 com 30 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Se não reduzirmos as mortes de mulheres por abortamento, certamente não honraremos esse compromisso que é, mais que tudo, pela vida e saúde das mulheres no Brasil”, detalhou.

Mariana Lopes, da coordenação da

mulher trabalhadora da Fasubra, contou que a entidade, assim como o ANDES-SN, convocou a categoria de técnicas-administrativas em Educação para participar do evento. “Orientamos a nossa base para enviar delegações de mulheres exclusivamente para vir ao festival devido a sua importância. Sabemos o quanto o aborto ilegal causa mortes de mulheres no país e é preciso levar esse debate para os sindicatos de base e aprofundá-lo”, explicou.

Avaliação

O ANDES-SN, partindo das deliberações dos congressos e em articulação com a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, convocou as seções sindicais a participarem das atividades. Diretoras do Sindicato Nacional e de seções sindicais estiveram presentes na audiência pública e também nas atividades do festival.

Celeste Pereira, diretora da Associação dos Docentes da Universidade Federal de

Pelotas (Adufpel - Seção Sindical do ANDES-SN), acompanhou a audiência. Para a docente, é necessário que a voz e o desejo das mulheres sejam ouvidos e respeitados nessa questão que está diretamente relacionada à saúde reprodutiva das mulheres.

“A Adufpel SSind. entende que é fundamental atuar na defesa da descriminalização do aborto e de qualquer outra política que signifique a garantia da autonomia da mulher sobre seu corpo e da construção de políticas efetivas de planejamento familiar e acompanhamento da saúde da mulher. Hoje, no nosso município, vivemos uma situação surreal onde os exames citopatológicos [Papanicolau] são analisados por amostragem, expondo ao risco de morte mulheres que realizaram seus exames preventivos conforme recomendação da OMS [Organização Mundial de Saúde]. Isso é inadmissível e criminoso. É necessário responsabilizar os autores de tal ação e, como na questão do aborto seguro, garantir assistência adequada às mulheres”, afirmou.

Para Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN, as informações apresentadas na audiência podem contribuir para se avançar na descriminalização do aborto no Brasil.

“A partir dessa movimentação, e da discussão sobre a ADPF ajuizada ainda no ano passado pelo Psol, várias oportunidades serão abertas para seguir discutindo o tema. Se tivermos uma vitória com a descriminalização, pode-se abrir caminhos para discutir a legalização do aborto, que não é a pauta hoje, mas está relacionada. Portanto, a aprovação da ADPF seria uma vitória importante para a ampliação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres – em especial das mulheres trabalhadoras e pobres que realizam abortos clandestinos em péssimas condições, correndo risco de morte”, concluiu.

ARGENTINA BARRA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Apesar da derrota, luta das mulheres argentinas segue inspirando mobilizações

O projeto de lei que buscava legalizar o aborto na Argentina foi rejeitado no Senado, no dia 8 de agosto. O resultado de 38 votos contra, 31 a favor e duas abstenções, mostra que a luta ainda não acabou.

Os defensores da legalização vão propor uma reforma do Código Penal, com a despenalização da mulher que interromper a gravidez. Contudo, médicos e farmacêuticos que auxiliem na sua realização ainda poderão ser punidos.

O projeto que tornaria o aborto legal, seguro e gratuito no país até a 14ª semana havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, em junho.

Para Mariana Trotta, 1ª vice-presidente da Regional do Rio de Janeiro do ANDES-SN, a decisão do Senado argentino foi uma derrota. Entretanto, toda a mobilização e demonstração da revolta social foram muito fortes e não serão ignoradas. Mais de um milhão e meio de pessoas acompanharam a votação nas ruas de Buenos Aires, capital do país.

Os protestos e a votação na Argentina sensibilizaram mulheres de todo o mundo. “O avanço feminista de reivindicação por direitos das mulheres demonstrou claramente que vai ser difícil não avançarmos pela garantia dos nossos direitos”, afirmou Mariana.

“Repressão e judicialização, essas foram as respostas ao levante popular de 2013”, diz ativista

Em junho de 2013 uma onda de protestos tomou o Brasil. Cinco anos depois, o Poder Judiciário condenou 23 pessoas por terem participado das manifestações. Com penas que variam de 5 a 13 anos de prisão, os condenados buscam se defender, na maior parte dos casos, das acusações de formação de quadrilha e corrupção de menores. A decisão, em primeira instância, dá possibilidade dos ativistas recorrerem e responderem em liberdade.

“Este processo inteiro é baseado em construções de narrativas fundadas em livres interpretações e depoimentos nada confiáveis”, afirma Camila Jourdan, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma das condenadas no processo. Em entrevista por e-mail ao InformANDES, ela contextualiza a condenação e destaca: “apenas com o amplo apoio de vários setores da sociedade acreditamos que seja possível reverter a sentença nas demais instâncias.”

Entidades sindicais e movimentos sociais alertam que a condenação afeta toda pessoa que decide se mobilizar para reivindicar direitos, ou



seja, é uma criminalização da luta social. Em nota, o ANDES-SN repudiou a sentença, argumentando que ela expressa “a seletividade da justiça e a criminalização dos movimentos sociais e dos trabalhadores que se organizam na luta pelos seus direitos”.

Você considera a sua condenação um reflexo do aumento da criminalização do movimento social?

CAMILA JOURDAN: Vou partir de uma das teses de Agamben em *Estado de Exceção*: a criminalização dos movimentos sociais aparece sempre que é considerada necessária para a manutenção dos poderes constituídos. Isso significa dizer que a nossa conde-

nação, bem como os demais processos que se seguiram a 2013, é uma reação ao levante popular que vivemos neste período. A história dos Estados modernos mostra que sempre que foi considerado necessário instituir leis de exceção, perseguições políticas, condenações arbitrárias para a manutenção de uma ordem vigente dominante, elas foram utilizadas. Não é, portanto, um mero reflexo do aumento da criminalização dos movimentos sociais, mas, antes disso, este próprio aumento é um efeito reativo aos movimentos insurgentes que tomaram as ruas na nossa história recente. Em 2013, o povo foi às ruas lutar contra as remoções, contra a máfia dos transportes, defender a educação, denunciar os genocídios nas favelas. Estas são batalhas que continuam em curso, por isso temos que entender a nossa condenação como uma ação nestas batalhas. E isso significa que todos aqueles e aquelas que tomam parte nessas lutas estão também sendo condenados neste momento. O levante popular de 2013 foi calado, criminalizado, a resposta dada a

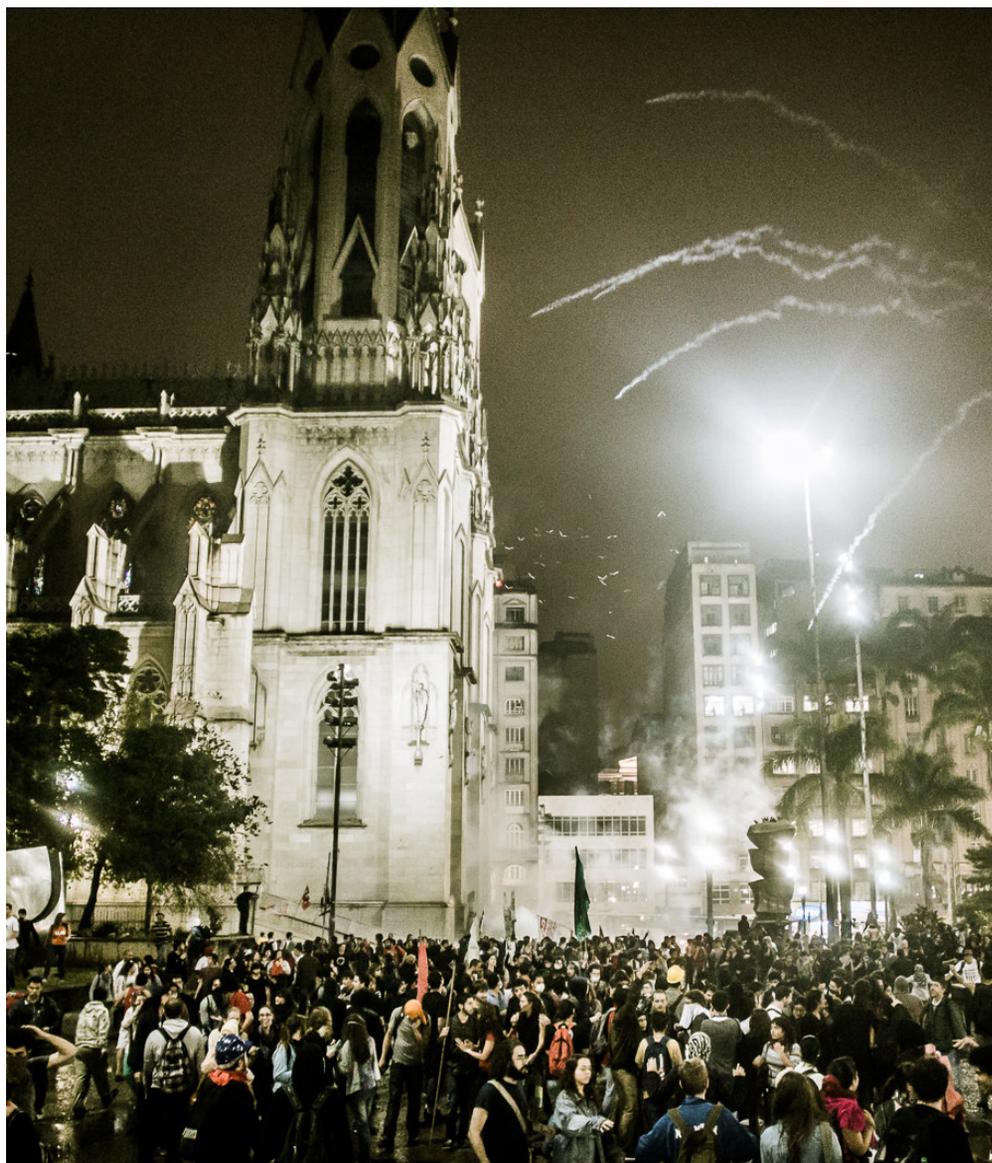


Capa de jornal rotula manifestantes como “vândalos”

ele foi repressão e judicialização. E se tentou criar uma narrativa espetacular, fantasiosa, com supostas lideranças, justamente para que a criminalização fosse possível e legitimada. Ao lado disso, se tentou também falsificar a nossa história, relacionando-a com o contexto do golpe institucional sofrido pelo governo do PT em 2015/2016, quando o levante popular já havia sido reprimido e criminalizado. Por isso também é necessário contar a nossa história para entender o que significa a nossa condenação. A condenação dos 23 é uma condenação exemplar, visa de fato condenar toda a mobilização popular e o que significou 2013. É certamente um recado dos poderosos para manter os movimentos sociais calados.

Qual é a relação entre esta condenação e a lei Anti-terrorismo?

CJ: A lei anti-terrorismo surge no Brasil também no contexto de reação às mobilizações de 2013, acompanhada de outras leis que criminalizam manifestações políticas e movimentos sociais. Mas, antes disso, elas são tendências internacionais, é um contexto mundial que as impõem. Nós denunciávamos os rumos do país quando o PT ainda estava no poder, aliado com setores como o PMDB, cometendo os descalabros da Copa do Mundo, das Olimpíadas e etc. Estes setores depois abandonaram o PT. E a história mostrou que nós estávamos certos. Mas ainda com o PT e seus aliados, aconteceram as articulações para denunciar os manifestantes pelo crime de associação criminosa. Depois, os setores da burguesia que estavam de braços dados com o PT lhe passaram uma rasteira, mas naquele momento estes setores deram sustentação à escalada de repressão às manifestações populares e estabeleceram leis que permitem a criminalização dos movimentos sociais. Nós não somos julgados pela Lei anti-terrorismo porque ela não existia ainda na época do nosso processo, mas, certamente, se ela já tivesse sido promulgada, nós cairíamos sob ela. É muito ilusório quando se diz que 2013 foi responsável pela criminalização dos movimentos sociais, que as leis de exceção que surgem neste período para conter as manifestações, inclusive a lei anti-terrorista, foi culpa de 2013. Como se isso não fosse um projeto do Estado contemporâneo. O que se está fazendo com esse tipo de declaração é ajudando a culpar a revolta popular pela repressão do Estado, o que torna impossível qualquer possibilidade de revolta concreta, já que elas sempre ocasionarão como reação, e assim tem sido historicamente, mais repressão e criminalização. Em suma, é uma



ode ao imobilismo, que nos leva a concluir que não podemos fazer nada porque se nos revoltarmos vai sempre piorar. Além disso, neste momento existem pessoas sendo processadas pela lei anti-terrorismo, não são os 23, mas são pessoas pobres, negras, invisibilizadas, algumas delas com problemas psiquiátricos, que estão em inquéritos ficcionais, absurdos, covardes, que tomam conversas em whatsapp, novamente descontextualizadas, e sujeitas à livre interpretação, como sendo provas de que haveria terrorismo no Brasil.

Qual é o atual estágio do processo?

CJ: Estamos recorrendo em segunda instância e em liberdade da sentença, as penas que recebemos variam entre 5 e 13 anos em regime fechado, são penas altíssimas e sem precedentes para manifestações ou movimentos sociais. Queremos a anulação desse processo e dessas sentenças absurdas que atingem a sociedade como um todo. Uma das questões é que o caso do Lula abriu precedentes para pedido de prisão em segunda instância, e isso é certamente preocupante também para o caso dos 23. Sabemos que

vivemos um momento no qual se manifesta a ausência de separação entre o âmbito jurídico e a política. Isso permite totalitarismos evidentes no cerne das sociedades pretensamente democráticas. Por isso essa é uma disputa que se fará nos tribunais, mas também nas ruas, nos espaços políticos e nas mobilizações. Também é uma disputa que perpassa o âmbito discursivo. Este processo inteiro é baseado em construções de narrativas fundadas em livres interpretações e depoimentos nada confiáveis, de pessoas com interesses pessoais em denunciar alguns dos acusados. De fato, o processo é cheio de ilegalidades, com escutas ilegais, infiltrados ilegais e apreensões ilegais. Tudo isso precisa ser desconstruído porque apenas com o amplo apoio de vários setores da sociedade acreditamos que seja possível reverter a sentença nas demais instâncias. Justamente, porque se trata de um processo claramente político, isso depende também da correlação de forças, das mobilizações. Há ainda um longo percurso no qual carregaremos essa condenação e a nossa liberdade durante este processo precisará ainda ser conquistada.

A cada 6 dias uma pessoa defensora de direitos foi assassinada no Brasil

A cada seis dias uma pessoa defensora de direitos humanos, sociais e ambientais foi assassinada no Brasil em 2017. Foram 57 mortes no ano. O país figura no topo da lista, seguido por Filipinas, Colômbia e México. O levantamento foi feito pela ONG britânica Global Witness.

No Brasil, três massacres foram responsáveis pela morte de 25 pessoas no ano passado, segundo o relatório da ONG, que investiga vínculos entre a exploração de recursos naturais e conflitos.

Segundo o levantamento feito pela ONG, no mundo todo, 207 pessoas defensoras da terra e do meio ambiente foram assassinadas em 2017. Esse seria o maior número de ataques fatais contra defensores de direitos humanos registrado desde 2002, quando a ONG começou a rastrear assassinatos.

Os dados, coletados em 22 países, estão ainda abaixo da realidade, segundo o relatório publicado, e supera

o recorde de 2016, com ao menos 200 mortos.

A América Latina é de longe o lugar mais perigoso do mundo para ser um defensor ambiental. Quase 60% dos assassinatos ambientais registrados em 2017 ocorreram na região.

O relatório apontou que raramente, na América Latina, assassinatos de defensores resultam em ações penais. Os dados da ONG mostram ainda que muitas vezes forças de segurança do Estado estão ligadas aos crimes. No ano passado, cerca de um quarto dos assassinatos foram cometidos por agentes do exército ou das polícias. Os outros assassinatos foram cometidos por gangues criminosas, seguranças, proprietários de terras, caçadores ilegais, entre outros. Ao todo, a ONG aponta mais de 90 assassinatos foram realizados por esse tipo associação criminosa.

Lobby do agronegócio

Reformas legislativas e severas restrições orçamentárias em favor de grandes

proprietários ameaçam deixar os ativistas dos direitos à terra e os povos indígenas ainda mais vulneráveis, registrou o relatório da Global Witness.

De acordo com a ONG, um poderoso lobby do agronegócio está enfraquecendo as instituições responsáveis pela proteção do direito a terra.

Em 2017, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), teve seu orçamento reduzido em 30%. Já o orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), caiu quase pela metade. A redução no orçamento obrigou o órgão, responsável pela proteção dos direitos dos povos indígenas, a fechar algumas de suas bases regionais de operação.

O cenário levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) divulgar um comunicado, no mês de julho, manifestando "profunda preocupação" com os assassinatos de ativistas, particularmente aqueles relacionados a assuntos socioambientais e ao trabalho rural. A CIDH, ligada à Organização dos

Chacinas

Na manhã do dia 24 de maio de 2017, 10 trabalhadores rurais foram assassinados por policiais em reintegração de posse no Pará. Os agricultores ocuparam pacificamente a fazenda Santa Lúcia no dia anterior, no município de Pau d'Arco, para exigir o seu direito de permanecer naquela terra.

Um mês antes, assassinos contratados torturaram e mataram nove trabalhadores rurais no estado do Mato Grosso. No dia 19 de abril, um exportador de madeira foi acusado de ordenar os assassinatos para permitir o acesso de madeireiros a terra.

Além dos assassinatos, também estão na lista de violências: ameaças de morte, detenções, perseguições, ciberataques, violência sexual e desaparecimentos. Em 2017, os indígenas Gamela localizados em povoado no município de Viana, a 214 km de São Luís (MA), foram atacados por pistoleiros. Munidos de rifles e facões, os criminosos tentaram tomar o controle das terras, deixando 22 pessoas gravemente feridas, algumas com as mãos decepadas. Até hoje, ninguém foi indiciado pelo crime.



Estados Americanos (OEA), cobrou do Estado brasileiro "abordar as causas estruturais desses atos de violência vinculados à luta dessas pessoas pelo direito ao meio ambiente, a terra e ao território".

Brasil é campeão de mortes no campo

De acordo com um relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2017, ocorreram 70 homicídios relacionados a conflitos fundiários em áreas rurais. Um aumento de aproximadamente 15% em relação a 2016.

Entre as vítimas de homicídios de trabalhadores rurais, em 2017, estão 21 trabalhadores rurais sem terra, aponta o relatório da CPT: 11 eram membros de comunidades quilombolas e seis eram indígenas.

De acordo com a CPT, o Pará é o estado que lidera o número de mortes no país. Entre 1985 e 2017, foram 702 vítimas. O Maranhão vem em segundo lugar com 168 vítimas e Rondônia em terceiro, com 147 pessoas assassinadas, no mesmo período.

Entre os anos de 1985 e 2017, a CPT registrou 1.438 casos de conflitos no campo em que ocorreram assassinatos, com 1.904 vítimas. Desse total de casos, apenas 113 foram julgados, o que corresponde a 8% dos casos, em que 31 mandantes dos assassinatos e 94 executores foram condenados.

Desse total de casos, apenas 113 foram julgados, o que corresponde a 8% dos casos, em que 31 mandantes dos assassinatos e 94 executores foram condenados.



Números

1. Pelo menos 207 defensores foram assassinados no mundo todo em 2017
2. Quase 60% dos assassinatos ocorreram na América Latina.
3. O Brasil é o país com o maior número de mortes, 57. Seguido de Filipinas com 48.
4. No Brasil, 46 mortes estão relacionadas ao setor do agronegócio
5. 53 das mortes em todo o mundo estão ligadas as forças de segurança do governo

Fonte: Global Witness

Massacre dos Carajás completa 22 anos de impunidade

Em abril de 1996 aconteceu no Pará o Massacre de Eldorado dos Carajás. Trabalhadores sem terra, que ocupavam a fazenda Macaxeira, decidiram marchar até Belém, capital paraense, para reivindicar do governo do estado a desapropriação da terra e o assentamento das mais de 100 famílias no local. Durante a marcha, bloquearam uma rodovia a fim de pressionar o governo por negociações. Por ordem do então governador Almir Gabriel (PSDB), a Polícia Militar foi acionada para desobstruir a estrada. O que ocorreu, entretanto, foi um massacre. Cerca de 150 policiais assassinaram 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e deixaram 69 pessoas feridas. Outros dois trabalhadores rurais faleceram em consequência dos ferimentos, totalizando 21 vítimas.

As autópsias revelaram que 10 sem-terra mortos foram executados. Além de tiros à queima roupa, houve tiros na cabeça e na nuca. Outros ainda foram mutilados até a morte com golpes de foice e facão. Muitos dos feridos ficaram com sequelas por conta de balas alojadas em partes do corpo, o que as impossibilitam de trabalhar no campo.

Os policiais que participaram da ação não tinham identificações nas fardas e extraviaram os documentos que relacionam o policial à arma utilizada. A investigação não considerou que os corpos foram retirados da cena do crime sem a devida perícia no local. Não foi feita a reconstituição do crime.

Em 2012, a Justiça condenou o Coronel Mario Colares Pantoja a 258 anos de prisão e o Major Oliveira, com uma pena de 158 anos. Eles foram os comandantes da operação que resultou no massacre. Nenhuma autoridade política foi responsabilizada pelo crime.

PERFIL

A grande defensora brasileira Maria do Socorro Costa da Silva é alvo de ameaças de morte, invasões em sua casa, e já teve arma apontada na cara. Apesar dessas ameaças, ela lidera Cainquiama, uma coalizão de milhares de comunidades indígenas e outras comunidades que estão entre as mais perseguidas da Amazônia. Trabalhando juntas no Pará, o estado mais perigoso do Brasil para os defensores do meio ambiente, essas comunidades exigem o reconhecimento de seus direitos à terra.

Fonte: Global Witness



Estudo revela perfil do lesbocídio no Brasil

Anne Mickaelly, Meiryhellen Bandeira e Emily Pereira, Luana Barbosa são alguns nomes de mulheres vítimas de crimes de ódio praticados contra lésbicas em todo o país.

O lesbocídio – assassinato em razão de uma mulher ser lésbica - aumentou nos últimos anos. A revelação está no Dossiê Lesbocídio no Brasil, do Núcleo de Inclusão Social (NIS) da UFRJ, e Nós: dissidências feministas.

Trata-se do primeiro documento no país que se dedica exclusivamente às violências cometidas contra lésbicas.

Os números apontados pelo dossiê apontam que, entre 2014 e 2017, 126 mulheres lésbicas foram assassinadas no Brasil. O documento sustenta que a maior parte dos assassinatos foi realizada por armas de fogo e com grande número de disparos. Em seguida estão as mortes por facadas.

O dossiê indica que os números de morte e suicídio sejam bem superiores aos revelados. Isso por que faltam dados institucionais acerca de mortes e das modalidades de violências, o que dificulta a notificação dos casos de lesbocídio. Outro entrave para a sistematização dos números é a falta de capacitação e preparo dos agentes públicos.

Perfil

A pesquisa revelou que quanto mais jovem a lésbica, maiores são as chances de morte. A faixa etária de 20 a 24 anos representou 34% de todas as mortes registradas no período pesquisado. Em seguida, o maior número de registros está na faixa etária que vai até os 19 anos de idade, com 23% dos casos. Juntos, esses números representam 57% das mortes de lésbicas no Brasil. Em 55% dos registros de casos de lésbicas mortas, eram mulheres não feminilizadas, ou seja, que não correspondem aos estereótipos de feminilidades socialmente definidos.

Agressor

Em 83% dos casos as lésbicas são assassinadas por homens. 70% dos homicídios são cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Essa pessoa é geralmente um amigo, um vizinho, um parente, alguém com quem ela ou a companheira já se relacionou.

“Suicidas”

Além dos casos de assassinatos, a pesquisa incluiu os casos de suicídios de lésbicas. Na concepção do dossiê, eles são considerados lesbocídios, uma vez que há privações de direitos que levam algumas lésbicas ao suicídio.

Entre 2014 e 2017, 93 lésbicas cometeram suicídio. Diferente dos casos de assassinatos há uma incidência maior de registros de suicídio entre lésbicas feminilizadas, concentrando 73% do total dos suicídios estudados.

Local

72% dos crimes ocorreram em vias públicas, estabelecimentos comerciais e espaços ermos. Assim como nos casos de assassinatos, as regiões interioranas registram maiores suicídios de lésbicas, concentrando mais do que o dobro dos casos registrados nas capitais brasileiras.

ANDES-SN na luta

O Sindicato Nacional deliberou no 61º Conad, realizado em Boa Vista (RR) no ano de 2016, a inclusão do dia 29 de agosto no calendário de lutas da entidade nacional.

Além disso, o ANDES-SN produziu a cartilha “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, dos LGBTs”, elaborada pelo GTPCEGDS. A publicação é uma ferramenta no combate contra a naturalização da violência e no debate de pautas feministas, étnico-raciais, LGBT dentro do mundo de trabalho.

“O ANDES-SN tem um papel fundamental na luta contra a lesbofobia, porque é um sindicato de professores, formadores de opinião, vanguarda. Também tem denunciado desde 2015 o Projeto de Lei ‘Escola sem Partido’, que é um projeto conservador e reacionário, e que tem inviabilizado a discussão de gênero dentro das escolas. Nas universidades, por exemplo, por mais que hajam pesquisas desde a década de 70 tratando a questão da sexualidade, a gente continua sendo perseguida, silenciada, as nossas relações afetivas acabam sendo vistas como uma relação promíscua”, observa Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES - Sindicato Nacional.



Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Em 29 de agosto é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi criada, no mesmo dia, por ativistas lésbicas brasileiras durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale – atualmente Senalesbi), em 1996 no Rio de Janeiro.

A data é um marco na luta de mulheres brasileiras contra a violação diária dos seus direitos por sua orientação sexual. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu 57 denúncias de violações dos direitos de lésbicas até o mês de junho deste ano.

Segundo Qelli Rocha, 1º vice-presidente do ANDES-SN, o dia 29 de agosto é extremamente importante. Demarca uma data de vigília e luta em relação à segurança mínima dos direitos da população lésbica. Qelli é também uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do Sindicato Nacional.

“A heterossexualidade compulsória tem muito haver com a manutenção da propriedade privada e, na medida em que, a orientação sexual lésbica e o amor entre mulheres estabelecem uma relação mais horizontal, em que não há propriedade e proprietário na relação, ela acaba sendo uma relação vista pela sociedade como subversiva e contestadora da ordem patriarcal. Essa contestação e a própria sexualidade das mulheres lésbicas gera um reflexo da sociedade sobre nossa sexualidade que é de muita violência e da invisibilidade”, ressalta.